

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: DISCIPLINA E PRÁTICA ESCOLAR NAS MEMÓRIAS DE PROFESSORES DO OESTE CATARINENSE (1969-1993)

André Luiz Onghero*

Resumo

O artigo aborda o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) nas escolas do Oeste Catarinense, durante o período de 1969 a 1993, a partir de depoimentos de professores que relatam práticas de ensino, atividades extraclasse, comemorações cívicas e opiniões acerca da retirada da EMC dos currículos escolares. Esta disciplina esteve presente nos currículos escolares a partir da Proclamação da República, em certos períodos, como disciplina escolar e, em outros, como prática educativa. Após a instalação da Ditadura Militar, foi incluída como disciplina escolar obrigatória e prática educativa, permanecendo nos currículos escolares até 1993. Nas entrevistas, os professores narram diferentes práticas, demonstrando relativa autonomia em suas aulas. Palavras-chave: Educação Moral e Cívica. Práticas escolares. Memórias de professores.

Buscando trazer elementos para a análise e o debate acerca da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas da região Oeste de Santa Catarina, o presente artigo apresenta parte da pesquisa, realizada para a dissertação de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp, SP, com orientação da Profa. Dra. Maria do Carmo Martins e financiamento da Capes.

Durante o processo de pesquisa, foram analisadas diferentes fontes históricas, como decretos, leis e pareceres; livros didáticos utilizados pelos professores; fotografias de comemorações cívicas e depoimentos de professores que lecionaram EMC entre 1969 e 1993, em escolas da 11ª Coordenadoria Regional de Educação (que abrangia os municípios de Chapecó, Águas de Chapecó, Saudades, São Carlos, Modelo, Pinhalzinho, Nova Erechim, Quilombo, Coronel Freitas, Caibi, Palmitos, São Lourenço do Oeste e Caxambu do Sul). O recorte aqui apresentado se concentra nos depoimentos dos professores.

A realização de tal estudo na região Oeste de Santa Catarina busca compreender como tal prescrição educativa, relacionada a determinados aspectos políticos, foi desenvolvida na região, caracterizada por uma ocupação relativamente recente (primeiras décadas do século XX), constituída principalmente por colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de europeus, que se dedicavam principalmente à extração da madeira e à agricultura com mão de obra familiar, interagindo com população cabocla e descendentes de indígenas.

Nas décadas de 1960 e 1970 a região apresentou significativas mudanças relacionadas ao desenvolvimento de agroindústrias, causando alterações na produção agrícola e crescente urbanização

* Mestre em Educação pela Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas; Especialista em História: Cidade, Cultura e Poder pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó; Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unidade de Chapecó; andreonghero@yahoo.com.br

das cidades. Na região Oeste de Santa Catarina não foram registradas manifestações de oposição à Ditadura Militar, instaurada a partir de 1964. Os grupos políticos locais buscaram se adequar àquela conjuntura partidária defendendo os interesses locais de integração à nação e ao desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, EMC como disciplina e prática educativa, veio a reforçar valores familiares presentes na cultura local: o trabalho, o respeito às autoridades, à obediência e à moralidade cristã. Como prática educativa, promovia comemorações cívicas que envolviam a escola e também a comunidade – como no caso do desfile de Sete de Setembro – afirmando a importância da escola como formadora de comportamentos cívicos que integravam os municípios à nação brasileira, mesmo que possuíssem traços culturais distintos, marcados pela presença dos descendentes de europeus. Como disciplina,¹ a EMC estudava a estrutura política,² os símbolos nacionais e a história de pessoas consideradas exemplos a serem seguidos pelos estudantes, além dos valores citados anteriormente. Assim, propunha-se a formar um “bom estudante”, que se tornaria um “bom cidadão”.

Mas a educação para a moralidade e civismo não foi uma invenção da Ditadura Militar. A partir da instalação do Governo republicano, reformas educacionais procuraram promover uma educação orientada para a formação de comportamentos cívicos. Desde as primeiras décadas do século XX, a educação moral e cívica esteve presente nos currículos escolares, mas nem sempre como disciplina. As mudanças na política brasileira e na política educacional ocasionaram mudanças curriculares que modificavam as formas pela quais os valores morais e cívicos eram incorporados às atividades escolares. Assim, em alguns momentos, privilegiou-se a educação cívica como *disciplina escolar*, de caráter teórico e, em outros momentos, a disciplina teórica foi rejeitada em razão do entendimento de que a formação cívica seria mais eficiente se realizada por meio de uma *prática educativa*, que deveria formar hábitos cívicos mediante atividades práticas sem se restringir a horários determinados, programas curriculares, avaliações e outros aspectos próprios da forma disciplinar.

Durante a Ditadura Militar, a inclusão de uma disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos escolares voltou a ser discutida. No Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1962, a ideia da EMC como disciplina não era bem recebida, e projetos com essa intenção foram, por várias vezes, reprovados. Mas, à medida que o grupo que defendia a instalação da disciplina se fortaleceu no conselho, a EMC foi incluída como disciplina obrigatória nos currículos escolares pelo Decreto-Lei n. 869/69, o qual também criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo, que tinha, como uma de suas atribuições, colaborar com o CFE na elaboração dos programas curriculares para a disciplina (FILGUEIRAS, 2006).

Sendo uma disciplina instituída sem uma ciência acadêmica de referência, os conteúdos da EMC eram provenientes de outras disciplinas das Ciências Humanas como Filosofia, História, Psicologia, Geografia, Sociologia e Antropologia. Foi uma disciplina criada para a escola e estendida também aos cursos superiores na forma de Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), mas não ocorreu a criação de um curso acadêmico que desenvolvesse pesquisa e produção de conhecimento nessa área. Os autores dos livros didáticos publicados para a EMC eram geralmente professores universitários das áreas de Ciências Humanas (JOSGRILBERT, 1998; FILGUEIRAS, 2006).

Entre os principais conteúdos³ estudados estavam: Organização social; Organização política; Democracia; Estado (estrutura: Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário; partidos políticos); Cidadania; Direitos e deveres; Sociedade brasileira (educação, família, trabalho, economia); O Brasil e relações internacionais; Objetivos nacionais; Segurança nacional; Símbolos Nacionais; Religiosidade; Valores como: felicidade; caráter; combate aos maus hábitos; consciência moral; liberdade e justiça, assim como o estudo de alguns personagens históricos, representados como exemplos de valores e conduta.

O acesso dos professores a estes conteúdos ocorria principalmente por meio dos livros didáticos. Alguns professores apontam também para a utilização de enciclopédias de EMC, periódicos e outras publicações. Mas mesmo estudando os conteúdos previamente determinados pela CNMC e pelo CFE, os professores relataram formas diferentes de ministrar suas aulas. Tal fato pode ser revelador de que, mesmo em uma época marcada pelo autoritarismo dos Governos militares, havia certa autonomia na atividade educacional.

Nos relatos sobre as aulas, as professoras Ires Frozza e Ivone T. Ulsenheimer manifestam um discurso crítico, marcado pelas suas opiniões atuais, que diferem daquelas da época em que foram professoras de EMC.

Nós só repassávamos conteúdo. Entrava na sala, cumprimentava os alunos, dizia “hoje nós vamos estudar isso aqui, peguem o livro na página tal”, e falava sobre aquele conteúdo. Era desse jeito. Hoje não, hoje você conversa, você parte daquilo que o aluno sabe e também deixa o aluno falar. Na época a gente não deixava os alunos falarem (informação verbal)⁴.

Esse depoimento revela uma prática educativa na qual o papel do professor era apenas repassar, transmitir o conteúdo aos alunos. O conteúdo já vinha pronto, nos livros didáticos utilizados, cabia ao aluno a tarefa de ler o livro, ouvir a professora e decorar aquelas informações para responder a questionários e provas. O relato da professora, que lecionou EMC entre 1977 e 1993, é crítico em relação a essa forma de aula, afirmando que atualmente as aulas são diferentes, com a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e o diálogo entre estes e os professores.

Outras formas de aulas foram relatadas por professores que manifestaram um parecer positivo sobre a própria atuação como professores de EMC. Para eles, as aulas de EMC eram momentos de diálogo, de discussão de ideias, de produção de conhecimentos significativos e que influenciaram positivamente as atitudes posteriores daqueles alunos. Assim, o professor Rubim Melz afirma que fazia o planejamento no início do ano, mas que, no decorrer das aulas, adequava o andamento do conteúdo a cada uma das turmas.

Preparávamos as aulas no começo do ano, o projeto para o ano inteiro, mas sempre havia mais coisas para dialogar com os alunos. Em todas as turmas a reação dos alunos sempre foi diferente, e trabalhei sobre essa diferença que o aluno trazia para expor o conteúdo de uma outra maneira. Os alunos gostavam das aulas, eles também podiam falar e dar sua opinião (informação verbal)⁵.

Para o professor, que ministrou a disciplina entre 1974 e 1992, o respeito às diferenças da turma fazia com que as aulas fossem sempre diferentes. Segundo ele, havia muito diálogo

e participação dos alunos, colocando suas dúvidas e opiniões. Referente a sua atuação como professora de EMC na década de 1980, a professora Emília Clara Tormem, conta que alguns assuntos despertavam mais o debate entre os alunos, entre eles, assuntos relacionados à família e aos problemas cotidianos, como o desemprego e até mesmo o comportamento dos familiares eram debatidos em aula.

Debatíamos bastante sobre moral, às vezes sobre pais de alunos, pois eles falavam de problemas familiares na sala de aula. Então se tentava falar como deveria agir. Mesmo na escola, entre alunos, que as vezes brigavam. Então na Educação Moral e Cívica se tentava abrir os olhos dos alunos mostrando o que é certo e o que não é certo (informação verbal)⁶.

A intenção de “ensinar para a vida” aparece nos depoimentos da maioria dos entrevistados. Segundo a professora Edi Swertz, que lecionou EMC entre 1977 e 1990, “[...] as aulas eram boas, procurávamos nesse momento preparar o aluno para a vida. Através do estudo de textos, “procurava extrair uma lição para a vida.” Para ela, a “OSPB estudava mais a estrutura social e política do país, congresso, leis [...] A EMC era mais voltada para a formação pessoal, moral e ética do aluno.” (informação verbal)⁷.

Outra forma de lecionar EMC e OSPB foi descrita pela professora Marilene Grando Marchiori, referindo-se ao período de atuação entre 1980 e 1993. A diferença das suas aulas começava na forma de planejar e elaborar o programa da disciplina.

Tínhamos que seguir o planejamento da Secretaria de Educação, mas eu tive sorte que em todas as escolas que trabalhei, os diretores, mesmo indicados, deixavam total escolha para nós. Como os livros de EMC eram poucos, procurava-se montar o programa através de [outros] livros (informação verbal)⁸.

Destacando que teve apoio dos diretores das escolas que trabalhou, a professora conta que elaborava os próprios planejamentos. Neles, optava por outros livros, além dos didáticos de EMC e OSPB, procurando abordar os conteúdos de forma crítica.

Procurava utilizar suas aulas para debater política e expressar a vontade de mudança na política brasileira da época, inclusive tentando argumentar e convencer os alunos da possibilidade de mudança por meio da organização política e do voto.

Conseguia mudar a cabeça dos alunos, fazê-los perceber que não era só Arena, que não era só aquele regime, que era possível mudar as coisas a partir da escola. Usava muito as aulas de EMC e OSPB para fazer esse trabalho. Às vezes pegava aquelas aulas e só trabalhava em política, em conscientização política e partidária (informação verbal)⁹.

Observando esses trechos do depoimento da professora, pode-se perceber a diferença em relação aos outros depoimentos. Politicamente identificada com a “esquerda”, ela procurava discutir com os alunos a situação política e partidária. Em relação aos direitos e deveres, o enfoque se mostrava diferente daquele atribuído por outros professores no sentido de que a professora incentivava a organização de classe e a participação em manifestações.

Também discutia muito direitos trabalhistas, porque eles trabalhavam de dia e muitos direitos não eram respeitados. Então estudávamos e discutíamos, estava no sindicato, e eles se organizavam. Vínhamos muito na praça, me lembro que saíamos dos colégios, dispensávamos as aulas (informação verbal)¹⁰.

Outras vezes a professora utilizava o tempo das aulas de EMC e OSPB para estudar os conteúdos de História e Geografia, outras disciplinas que ela lecionava.

Eu usava essas aulas se precisasse, se tivesse conteúdos importantes de Geografia e História, que precisavam de uma aula. Então eu já avisava: “na próxima aula tragam o material assim...” As vezes até para completar o conteúdo, que era por unidades.” (informação verbal)¹¹.

Analisando os diferentes depoimentos que relatam diferentes práticas nas aulas de EMC, pode-se concluir que mesmo diante das prescrições curriculares elaboradas e determinadas por uma legislação específica, os professores tinham certa autonomia nas suas aulas, aspecto abordado por Sacristán (1998):

Por mais intervencionismo que a administração queira fazer e por precisas que suas orientações pretendam ser, normalmente os professores não podem encontrar nas disposições oficiais um guia preciso para sua ação. As prescrições curriculares costumam se referir a conteúdos e orientações pedagógicas que podem ser determinantes, no melhor dos casos, para a elaboração de materiais, se se ajustarem a elas, ou para realizar o controle do sistema, mas mais dificilmente costumam ser reguladoras da prática pedagógica dos professores de uma forma direta. (SACRISTÁN, 1998, p. 117)

A autonomia dos professores pode ser observada nos depoimentos que revelam diferentes práticas, diferentes maneiras de abordar os assuntos, de utilizar materiais, de se relacionar com os alunos e até de posicionamento político dentro da sala de aula. Porém, a autonomia não era total, havia vários fatores condicionantes e limitadores, como a falta de material nas escolas e a relação com a direção da escola.

Se os relatos sobre as aulas revelaram práticas que não eram exclusivas da EMC, a realização de atividades extraclasse constitui um diferencial entre a EMC e as demais disciplinas, pois se relacionava também com seu caráter de prática educativa, que se expandia para além da sala de aula e envolvia a escola em geral e até mesmo a comunidade. Entre as atividades extraclasse, havia a “hora cívica”, que era realizada periodicamente, em intervalos de uma semana ou quinze dias. Um momento no qual os alunos eram reunidos para hastear a bandeira, cantar o hino nacional e apresentar poemas ou jograis sobre a pátria ou os símbolos e heróis nacionais.

Uma vez por semana tinha a hora cívica e fazíamos hasteamento da bandeira, cantávamos o hino nacional e dizíamos versinhos. Os alunos tinham que saber alguma poesia sobre a pátria, sobre Tiradentes. As datas cívicas eram muito comemoradas [...] tinha muita poesia sobre 31 de março, e nós tínhamos que ler, de uniforme e com a bandeira nacional (informação verbal)¹².

Alguns depoimentos afirmam que, em algumas ocasiões, essas atividades assumiram um aspecto meramente formal, não conseguindo tornar a escola um ambiente cívico como propunham as prescrições educativas.

Eles tentaram muitas vezes introduzir, mas não funcionava. Às vezes o Governo exigia que se cantasse o hino nacional todas as vezes no começo da aula. Os diretores, no começo do ano, tentavam por uma ou duas semanas e depois aquilo caía na rotina, tornava-se uma coisa sem graça, caía no vazio e não acontecia (informação verbal)¹³.

Na década de 1980, com o processo de democratização, as correntes políticas de oposição à Ditadura Militar se fortaleceram, e, nas escolas da região, vários professores começaram a se manifestar, utilizando inclusive as “horas cívicas” para criticar a situação política da época.

Sempre procurávamos fazer uma hora cívica mais crítica e mostrar que naquela hora cívica não era somente para venerar bandeira, hino nacional, as autoridades, mas que também podíamos protestar e mostrar para os alunos e pais que muitas horas cívicas eram feitas para a comunidade. [...] civismo também era reivindicar [...] Queríamos mostrar os direitos políticos que não eram respeitados, os direitos trabalhistas que não eram respeitados; a valorização para o magistério para o professor, para o aluno, mais verbas para as escolas [...] Na semana da pátria procurávamos fazer com cartazes e faixas bem críticas (informação verbal)¹⁴.

Na época, existiam os Centros Cívicos, organizações estudantis que, de acordo com a legislação, foram implantadas nas escolas em substituição aos Grêmios Estudantis. Os depoimentos confirmam sua existência e sua atuação em atividades como horas cívicas, campanhas de arrecadação de donativos, promoções esportivas e comemorações, como relata a professora Therezinha Bellina Souza, que foi diretora e lecionou EMC entre 1969 e 1978.

O Centro Cívico preparava a homenagem à bandeira, era a principal incumbência deles. Eles faziam reuniões, promoções para auxiliar o colégio. Fazer promoções, festas, para que o colégio tivesse um pouco de caixa. O Centro Cívico também organizava sábados de jogos, atividades extraclasse. Ele era responsável por isso. Participava de muitas atividades, até nessas campanhas para arrecadar donativos era o Centro Cívico que tomava as iniciativas e fazia (informação verbal)¹⁵.

Entre as comemorações cívicas, o desfile de Sete de Setembro é lembrado como uma ocasião em que a população se reunia para assistir o desfile organizado pela escola, com muito empenho e dedicação.

Naquela época nós tínhamos uma fanfarra com 30 pessoas mais ou menos. Eram alunos da escola, usavam calça branca, jaqueta vermelha e chapéu, tudo confeccionado aqui mesmo, (rindo) não vinha nada de fora, era bem interessante. E muito bonito. Depois... as coisas foram se modernizando e foi tudo... sabe, tudo aquilo... “Ah isso não é necessário... pra quê?” [...] aquele patriotismo, aquele sentimento de amor à pátria, não sei se era um sentimento de amor à pátria, mas era um sentimento assim, de cumprir com a sua obrigação [...] Se a escola, a sociedade pedia, era assim que tinha que ser. Muito diferente do que hoje em dia (informação verbal)¹⁶.

Nesta fala, a professora se refere a dois momentos distintos: a década de 1970, quando a escola se dedicava para fazer um belo desfile de Sete de Setembro, muito aguardado pela população; e o outro momento, a partir da década de 1980 até a atualidade, quando o civismo era identificado ao Governo militar, foi criticado por professores, alunos e parte da população, acabando por deixar de lado a dedicação ao civismo, nem sempre em razão de uma atitude crítica, mas também de uma atitude de comodismo.

A disciplina de EMC foi retirada dos currículos por meio da Lei n. 8.663, de 14 de junho de 1993. Os professores entrevistados consideram esta retirada de maneira negativa e um dos argumentos apresentados afirma que os conteúdos estudados na disciplina eram importantes para a formação dos alunos. “Eu senti muito quando soube que tiraram, existia tanto assunto dentro de Educação Moral e Cívica que hoje dentro de História não tem. Tinha coisa bem legais pra formação do aluno dentro do programa dessa disciplina.” (informação verbal)¹⁷.

Para a professora Ires Frozza, os conteúdos que estudados em EMC e OSPB ainda poderiam ser estudados, mas de outra forma.

Eu vejo que hoje esse conteúdo poderia ser trabalhado nas escolas, claro, de uma outra forma [...] Tem gente que não conhece nem a estrutura de Governo do município. Então, eu vejo que hoje falta isso [...] Nós temos alunos aqui que, por exemplo, estão no 2º grau e não sabem nem para que serve um vereador, o que faz um deputado. O que é uma assembleia legislativa, o que que é uma câmara. Eles não conseguem distinguir essas coisas, um deputado estadual de um federal. [...] Então, os alunos saem hoje do 2º grau e não conhecem a estrutura política brasileira (informação verbal)¹⁸.

Para a professora, a escola estaria falhando em relação aos conteúdos sobre a política brasileira. Além dos conteúdos, para ela, a EMC contribuía para uma educação onde havia mais respeito entre as pessoas. Na sua opinião, atualmente está faltando respeito entre as pessoas e isso deveria estar presente na formação dos jovens, talvez não apenas na escola.

Deveria ter hoje um pouco mais de respeito entre as pessoas, por exemplo: alunos e professores, pais e filhos, jovens e idosos [...] Não é o respeito só porque é idoso, mas pela sua experiência, pela sua vida, sua vivência. Então, nesse sentido, EMC e OSPB ajudavam. Pra isso. Naquele contexto. Naquela época (informação verbal)¹⁹.

Para a professora Edi Swertz, seria importante existir uma disciplina que trabalhasse com a formação moral, o comportamento, a ética, que também estudasse sobre saúde e prevenção de vícios. “Olha, com toda sinceridade, eu acho que, se voltasse uma disciplina nesse sentido de formação moral, ética, de comportamento, acho que seria muito importante.” (informação verbal)²⁰.

A professora Marilene Grando Marchiori, afirma que, no final da década de 1980, a vontade de mudança, de rompimento com tudo que fosse relacionado à Ditadura Militar, fez com que o “civismo” fosse abandonado.

[...] Chegou um ponto em 1988, 1989 que tinha escolas que não faziam mais nem a semana da pátria. Pra evitar desentendimento com aqueles professores mais críticos. Criticavam até demais. Criticavam coisas, acho até que não deviam. E começou aquele desentendimento. Para evitar bate-boca não faziam. E se perdeu. Eu acho que esses Governantes são passageiros, mas o povo, os símbolos, a pátria, são permanentes. Então jamais devíamos deixar de lado. Os direitos do cidadão, o Brasil, a pátria, a bandeira... a bandeira, acho temos que exaltar, não ter vergonha de exaltá-la (informação verbal)²¹.

Entendendo que a pátria é algo mais duradouro do que os Governos, a professora defende a continuidade da disciplina e também prática do civismo. Para ela, as pessoas não deveriam ter vergonha de exaltar a pátria e não deveriam deixar de lado os direitos do cidadão. Nes-

se ponto percebe-se a valorização de elementos que faziam parte do conteúdo das disciplinas EMC e OSPB. Além disso, a professora Marilene Grando Marchiori afirma que a retirada destas dos currículos trouxe um prejuízo profissional para os professores da área de Estudos Sociais:

Uma desvantagem era que íamos perder 90 minutos semanais na área de Estudos Sociais. Essas duas aulas a mais por semana facilitavam para efetivar mais professores. Porque tinha mais vagas [...] Depois foi mais difícil se efetivar [...] Eu acho que isso o professor perdeu. Deviam talvez mudar o nome da disciplina, mas eu acho que podiam ter deixado para a área de Estudos Sociais essas duas aulas a mais (informação verbal)²².

Sem estas duas disciplinas que contribuía para completar a carga horária dos professores formados em Estudos Sociais, muitos procuraram obter o título de licenciatura plena em Geografia ou História. Esse processo mostrou-se oneroso para estes professores, que já tinham cursado a licenciatura curta em instituições privadas e novamente tiveram que frequentar tais instituições, uma vez que no Oeste Catarinense não havia universidades públicas.

A análise dos depoimentos de professores possibilita novas abordagens sobre a história da EMC. Diferentes narrativas sobre aquele período e diferentes memórias foram reveladas pela pesquisa. Verifica-se que os professores tinham grande importância no trabalho com esta disciplina, eram capazes de criar atividades e atribuir diferentes enfoques e significados ao ensino da EMC, apesar de existirem limites em relação à direção e supervisão de ensino. Assim, percebe-se também como a escola ao mesmo tempo que recebe as leis e prescrições que lhe são impostas, é capaz de produzir, transformar e criar saberes, conhecimentos e significados, dialogando com a cultura à qual está inserida e nela interferindo diante de situações específicas.

Moral and civic education (1969-1993): both subject and practice as remembered by teachers in the Western region of Santa Catarina State, Brazil.

Abstract

This article explores Moral and Civic Education (EMC) within the Western region of Santa Catarina from 1969 to 1993. It draws upon teaching testimonials which bring to light the practices, extra-curricular activities, civic and commemorative celebrations of the time, as well as opinions on the removal of EMC from the school curriculum. Moral and Civic education was an important component to the Brazilian school curriculum following the proclamation of a Brazilian Republic; at times it was a school subject, at others an educational practice and ethos. In the wake of the Military Dictatorship, EMC remained an obligatory subject of the school curriculum until 1993. The interviews which our article draws upon, further reveal the degree of relative autonomy which defined many classrooms of the epoch.

Keywords: Moral and Civic Education. School practices. Teaching memories.

Notas explicativas

¹ Instituída como disciplina obrigatória em 1969 pelo Decreto-Lei n. 869/69, a EMC deveria estar presente em pelo menos uma das séries do ciclo ginasial (5^a a 8^a séries) no 1^o grau e uma das séries do 2^o grau. A escola era responsável por definir quais séries teriam a disciplina. Segundo os depoimentos, as escolas da região incluíam a disciplina em diferentes séries, mas observa-se maior frequência da disciplina na 7^a série e na 1^a série do 2^o grau. Como prática educativa, deveria ser praticada por todas as séries.

² Conteúdos relacionados à estrutura política e aos símbolos nacionais também faziam parte da disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que mesmo sendo uma outra disciplina com livros didáticos específicos, na legislação, estava relacionada à EMC e deveria atender aos mesmos princípios filosóficos. Era ministrada geralmente para a 8^a séries e 1^a e 2^a séries do 2^o grau, dependendo da escola.

³ A prescrição dos conteúdos para a EMC era responsabilidade dos dois órgãos, CFE e CNMC. A CNMC elaborou os “Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica”, aprovado pelo CFE em 4 de fevereiro de 1970 pelo Parecer n. 101 do CFE. Em 4 de fevereiro de 1971, a Comissão Especial para a Educação Moral e Cívica do CFE apresentou, no Parecer n. 94/71, os currículos e programas para todos os níveis de ensino, substituindo a prescrição da CNMC. Os livros didáticos seguiam uma ou outra prescrição.

⁴ Os depoimentos citados foram modificados buscando adequá-los às regras gramaticais, sem alterar seu sentido. Fornecida por Ires Frozza.

⁵ Fornecida por Rubim Melz.

⁶ Fornecida por Emília Clara Tormem.

⁷ Fornecida por Ede Swertz.

⁸ Fornecida por Marilene Grando Marchiori.

⁹ Fornecida por Marilen Grando Marchiori.

¹⁰ Fornecida por Marilene Grando Marchiori.

¹¹ Fornecido por Marilene Grando Marchiori.

¹² Fornecida por Ires Frozza.

¹³ Fornecida por Edi Swertz.

¹⁴ Fornecida por Marilene Grando Marchiori.

¹⁵ Fornecida por Therezinha Bellina Souza.

¹⁶ Fornecida por Edi Swertz.

¹⁷ Fornecida por Emília Claro Tormem.

¹⁸ Fornecida por Ires Frozza.

¹⁹ Fornecida por Ires Frozza.

²⁰ Fornecida por Edi Swertz.

²¹ Fornecida por Marilene Grando Marchiori.

²² Fornecida por Marilene Grando Marchiori.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Estadual de Moral e Civismo. **Parecer nº 2.068/76**, de 06 de Julho de 1976. Projeto de Resolução contendo normas de aplicação da Educação Moral e Cívica (Aviso Ministerial n. 205/76). Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1976.

_____. Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1^o e 2^o graus. **Parecer nº 540**, de 10 de Outubro de 1977. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7^o da Lei nº. 5.692/71. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1977.

_____. _____. Comissão Especial de Educação Moral e Cívica. **Parecer nº 1.292**, de 9 de Agosto de 1973. A Educação Moral e Cívica m face da Lei nº. 5.692/71. Brasília, DF; Conselho Federal de Educação, 1973.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer 94**, de 4 de Fevereiro de 1971. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1971.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 869, de 12 de Setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1969.

_____. **Decreto n. 58.023,** de 21 de Março de 1966. Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1966.

_____. **Decreto 68.065,** de 14 de Janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº. 50.505,** de 26 de Abril de 1961. Consolida as disposições relativas à educação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1961.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima V. **A história da Educação Moral e Cívica:** um álbum de fotografias da sociedade brasileira. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1998.

ONGHERO, André Luiz. **Moral e civismo nos currículos das escolas do Oeste Catarinense:** memórias e professores. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação. Campinas, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.